

PROVA DISCURSIVA III

- Nesta prova, faça o que se pede, usando os espaços para rascunho indicados no presente caderno. Em seguida, transcreva os textos para o **CADERNO DE TEXTOS DEFINITIVOS DA PROVA DISCURSIVA III**, nos locais apropriados, pois **não serão avaliados fragmentos de texto escritos em locais indevidos**.
- Qualquer fragmento de texto além da extensão máxima de linhas disponibilizadas será desconsiderado. Será também desconsiderado o texto que não for escrito na(s) **folha(s) de texto definitivo** correspondente(s).
- No **caderno de textos definitivos**, identifique-se apenas no cabeçalho da primeira página, pois **não será avaliado** texto que tenha qualquer assinatura ou marca identificadora fora do local apropriado. Caso os textos exijam identificação, utilize apenas o nome **Procurador do BACEN**. Ao texto que contenha outra forma de identificação será atribuída nota zero, correspondente a identificação do candidato em local indevido.

PARTE I

DISSERTAÇÃO

Uma pessoa jurídica, atacadista de gêneros alimentícios, contratou a empresa de *factoring* Alfa-7, para a prestação de serviços referentes a avaliação de riscos, seleção de créditos e gerenciamento de contas a receber e a pagar, associada à aquisição *pro soluto* de créditos. No curso da execução do contrato, a empresa Alfa-7 foi obrigada a recolher o imposto sobre operações financeiras (IOF), inclusive sobre saques em caderneta de poupança de sua titularidade.

Considerando a situação hipotética apresentada acima e as normas aplicáveis ao IOF, redija um texto dissertativo que responda, de modo justificado, aos seguintes questionamentos.

- ▶ O IOF incide sobre operações de *factoring* praticadas por instituições distintas das financeiras?
- ▶ É legítima a incidência do IOF nos saques em caderneta de poupança?
- ▶ Quais operações configuram o fato gerador do IOF?

RASCUNHO – PARTE I – DISSERTAÇÃO – 1/2

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

RASCUNHO – PARTE I – DISSERTAÇÃO – 2/2

31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	

PARTE II

QUESTÃO 1

Considerando as suas competências constitucionais e legais e os direitos fundamentais à intimidade e à vida privada, o Tribunal de Contas da União tem poderes para determinar a quebra do sigilo bancário de dados constantes do Banco Central do Brasil? Justifique a sua resposta.

RASCUNHO – PARTE II – QUESTÃO 1

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	

QUESTÃO 2

Considerando que, originalmente, a destinação de recursos públicos para, direta ou indiretamente, cobrir *deficits* de pessoas jurídicas deveria atender a três requisitos: a) ser autorizada por lei específica; b) atender às condições estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias; e c) estar prevista no orçamento ou em seus créditos adicionais, responda, de modo fundamentado, à questão a seguir: O Banco Central do Brasil, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social e a Caixa Econômica Federal, no exercício de suas atribuições precípuas, estão subordinados aos três requisitos citados?

RASCUNHO – PARTE II – QUESTÃO 2

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	

QUESTÃO 3

A administração pública abriu sindicância a fim de apurar se Henrique, servidor público, teria praticado crime contra a administração. A sindicância, concluída no prazo legal, resultou na instauração de processo disciplinar contra o servidor. Os autos da sindicância integraram o processo disciplinar, como peça informativa da instrução. Durante o processo, foram assegurados o contraditório e a ampla defesa a Henrique. A administração, ao final, com base em prova emprestada, lícitamente obtida por meio de interceptação telefônica, e nos depoimentos colhidos durante a instrução do processo disciplinar, considerou que a infração estava capitulada como ilícito penal, encaminhou cópia dos autos ao Ministério Público e aplicou, de forma motivada, pena de demissão ao servidor.

Considerando a situação hipotética apresentada acima, responda, de forma fundamentada, aos questionamentos a seguir.

- ▶ No decorrer da sindicância, era prescindível o exercício do direito de defesa do servidor?
- ▶ De acordo com orientação do Supremo Tribunal Federal, há obstáculo jurídico para a utilização da citada prova emprestada no processo administrativo disciplinar?

RASCUNHO – PARTE II – QUESTÃO 3

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	